

Título	Professores escapam a aumento de horário na Função pública	Data	13.02.2013
Fonte	Diário Económico	Página	12

Professores escapam a aumento de horário na Função Pública

Governo não esclareceu se o aumento das 35 para as 40 horas semanais não vai avançar apenas para os professores ou para toda a Função Pública.

Ana Petronilho
ana.petronilho@economico.pt

Os professores vão escapar ao aumento do horário semanal das 35 para as 40 horas semanais, previsto para toda a Função Pública, garantiu ontem o ministro da Educação, Nuno Crato.

A medida era exigida pela 'troika' e foi estudada pelo Governo para ser aplicada a todos os trabalhadores do Estado, tal como avançou o Diário Económico. A iniciativa faria parte do pacote de medidas da reforma do Estado que vão permitir uma poupança de quatro mil milhões, a partir de 2014 - para a qual a Educação terá um contributo de cerca de mil milhões de euros. Além disso, o aumento do horário de trabalho para todos os trabalhadores do Estado foi também uma sugestão do FMI que diz ser possível atingir uma poupança de 150 milhões de euros, com a medida.

No entanto, o ministro da Educação e Ciência - que chegou a admitir que esta opção estava a ser estudada - deu, ontem, a garantia de que os professores não vão ver alargado o seu horário de trabalho. "Não está dentro das preocupações do Governo e das medidas que estão a ser discutidas pelo Governo e pelo Ministério da Educação. Posso dar essa garantia para que as pessoas possam estar tranquilas em relação a isso", revelou ontem Nuno Crato, durante uma visita à ATEC - Associação de Formação para a Indústria, em Palmela.

Por apurar fica se o Executivo decidiu não avançar com o aumento do horário semanal apenas para os professores ou se desistiu de aplicar a medida a toda a Função Pública. E o Ministério das Finanças não esclareceu a dúvida, porque "não se pronuncia sobre estas matérias sem previamente as discutir com os Sindicatos da Administração Pública".

Segundo os sindicatos, o Governo ainda não apresentou

nenhuma proposta em concreto para excepcionar os professores de um eventual aumento do horário de trabalho para toda a Função Pública, tal como o ministro das Finanças, defendeu, em Novembro. Vítor Gaspar frisou a intenção do Governo rever a organização e tempo de trabalho na Administração Pública. A intenção foi confirmada, mais tarde pelo secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, na reunião que teve, em

Aumento da carga horária para a Função Pública é uma exigência da 'troika' e é uma medida em estudo pelo Executivo para ser aplicada a todos os trabalhadores do Estado.

Dezembro com os sindicatos da Função Pública.

"A orientação geral é de que o aumento do horário de trabalho era para ser aplicado a toda a Função Pública e não estavam previstas exceções", sublinha ao Diário Económico o dirigente da Fenprof, Luís Lobo, que esteve presente nas reuniões de negociação entre os sindicatos e o Ministério das Finanças. O responsável diz mesmo "ser estranho" como pode Nuno Crato "dar essa garantia" até porque a medida "estava prevista e a ser estudada pelo Governo".

Os outros sindicatos, também contactados pelo Diário Económico, dizem ainda não ter, até à data, nenhuma indicação do Governo sobre esta matéria.

Para já, os sindicatos rejeitam a ideia de "exceção" se a medida não for aplicada apenas aos professores e defendem que "há especificidades de cada sector da Função Pública em que o horário está de acordo com as funções e o desgaste de cada profissão", lembra a coordenadora da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, Ana Avoila.

Também o secretário-geral da Federação Nacional de Educação (FNE), João Dias da Silva, defende que a profissão "é extremamente difícil, pesada e com um desgaste acentuado e que, em todo o mundo, há a preocupação de haver um ajuste com o horário dos professores". (ver texto ao lado)

No entanto, Luís Lobo diz não ter dúvidas: caso os professores venham a ser exceção nesta medida "todos os outros trabalhadores se vão sentir injustiçados".

Segundo as contas da Fenprof com o aumento das cinco horas semanais no horários dos professores iriam ser reduzidos "cerca de 15 mil postos de trabalho".

Questionado pelo Diário Económico o Ministério da Educação e Ciência não fez comentários. ■



"Há limites" que não serão ultrapassados no corte de despesa

A Saúde terá uma discriminação positiva na redução da despesa, afirmou na segunda-feira o ministro Paulo Macedo, garantindo que "há limites" que não serão ultrapassados. Questionado pelos jornalistas sobre de que forma a Saúde será afectada pelo plano de poupanças de quatro mil milhões de euros, o ministro da pasta declarou que há áreas onde não haverá cortes. "Pela prioridade que este Governo dá, a Saúde continuará a ter uma discriminação positiva", disse no final de uma visita à pediatria do Hospital São Francisco Xavier.

PROFISSIONAL SÃO INSUFICIENTES NO PAÍS



O ministro da Educação considera que as respostas que há, no país, para o ensino dual e profissional são insuficientes e lembra que os jovens devem ter várias opções de escolha para o futuro. Nuno Crato salientou que as oportunidades de formação profissional, que dão empregabilidade e que são muito procuradas pelos jovens, “não estão tão desenvolvidas como deviam estar”, disse o ministro, durante uma visita à ATEC, em Palmela. “Temos de ter vários tipos de ensino, um mais prático ao mesmo tempo que temos um mais teórico. Temos de desenvolver esta diversidade pois os jovens e o país precisam dela. O tecido empresarial queixa-se de não ter jovens qualificados para as profissões de que necessita e os jovens queixam-se do desemprego, que é um flagelo na nossa sociedade, por isso temos de trabalhar para construir o futuro e evitar o desemprego, sendo a formação a aposta certa”, frisou.